

Ata da 248ª sessão do Conselho da Ordem dos Advogados do Brasil, Seção de Pernambuco, realizada em caráter extraordinário no dia 14 (quatorze) de Março de 1955 (mil novecentos e cinquenta e cinco)

Em quatorze (14) dias do mês de Março do ano de mil novecentos e cinquenta e cinco (1955), na sala numero trinta e quatro (34) do Palácio da Justiça, nesta cidade de Recife, Capital do Estado de Pernambuco, reuniu-se, extraordinariamente, o Conselho da Seção Pernambucana da Ordem dos Advogados do Brasil, sob a Presidência do doutor José Barabante Neves, servindo como primeiro e segundo Secretários os doutores Jordão Emerenciano e Helápio Silveira, presentes ainda os Conselheiros Adauto José de Melo, Fabiano de Almeida, Carlos Moreira, Augusto Duque, Luiz de França José Bezerra, Fernando Mendonça, Jorge Bartolomeu Carneiro de Cunha, Eduardo Calhaz e Luiz Rafael Mayer. Abertos os trabalhos às dezesseis (16) horas o senhor Presidente esclareceu que a ata da sessão anterior deixou de ser lida por não ter sido lavrada. O expediente consistiu da leitura: dos telegramas dos Conselheiros Eraldo Valença e Jordão Emerenciano agradecendo os votos de aplausos do Conselho pela maneira como se conduziram à frente dos Secretários da Justiça e do Governo; do ofício do Conselheiro Antônio Serral de Azevedo Mendes, agradecendo os votos de congratulações do Conselho pela sua investidura no cargo de Secretário do Governo; do



teleprensa de doutor José Pantes Vieira, ap-  
 restando sua eleição como representante  
 de Pernambuco, junto ao Conselho Federal  
 da Ordem. Na Ordem do dia foram lidos, dis-  
 cutidos e aprovados os pareceres da Comis-  
 são de Jurisdição opinando: pela trans-  
 formação em definitivas das inscrições pro-  
 visórias dos bacharéis Boanerges Paes Ga-  
 lindo, Guairdo Pereira Guerra, Hélio San-  
 tiago Mafra, Guairdo Correia de Paiva e  
 Olimpio Washington Teles de Mendonça; re-  
 las inscrições no quadro dos advogados dos  
 bacharéis Carlos Fonseca de Mesquita, provi-  
 sória, sem impedimentos; José Luiz Ramos Wan-  
 derley, provisória, com impedimento contra a Fa-  
 zenda Estadual; Massilon Tenório de Medeiros, de-  
 finitiva, com impedimento contra a Fazenda Públi-  
 ca em geral; Antônio Balbo de Medeiros, provisó-  
 ria, sem impedimentos; José Vieira de Melo Teles,  
 definitiva, com impedimento contra a Fazenda  
 Estadual; Jacobo Bendict d' Almeida, provisó-  
 ria, sem impedimentos; Elias Lapenda Sobrinho,  
 provisória, com impedimento contra a Fazenda Es-  
 tadual; Francisco de Assis Baltazar Leischo de Vas-  
 coucelos, provisória, com impedimento contra a  
 Fazenda Federal; Francisco Carneiro de Mene-  
 zes, provisória, com impedimento contra a Fa-  
 zenda Federal; Arthur Pio dos Santos Neto, provi-  
 sória, sem impedimentos; no quadro de provisio-  
 nados do cidadão Benjamim de Siqueira e  
 Silva, para a marca de esmeraldas, sem impe-  
 dimentos. Foi conversado em diligência o processo  
 de inscrição de José Orlando de Miranda, no qua-





do dos adrogados, para o fim de apresentar no  
o título de eleitor, sem rasuras e emendas. O  
conselho barão Moreira pediu vistos do pro-  
curador de justiça do bacharel José Gomes da Sil-  
va, ficando, assim, adiado o julgamento. Em se-  
guida o Conselho passou a apreciar o pedido de au-  
silio formulado pelo advogado Severino Ramos Pe-  
reira Lima, que se encontra provavelmente enfermo,  
sendo aprovado o parecer do senhor tesoureiro fa-  
vorável a concessão de um auxilio mensal de c. 1.  
500,00 (mil e quinhentos milreis), por três (3)  
mêses, a contar de fevereiro último. Ainda na  
ordem do dia foi deferido o pedido de cancelemen-  
to de inscrição do advogado José Assis Pereira de  
Melo. Finalmente o Conselho passou a examinar  
a representação do advogado José Alves de Me-  
lo, a pedido do seu escritório pelo senhor José  
Lopes Salgado. Depois da leitura da represen-  
tação, pelo segundo Secretário, o senhor Presiden-  
te concedeu a palavra ao autor da mesma pa-  
ra prestar esclarecimentos sobre o caso. O adro-  
gado José Alves de Melo, após amplas conside-  
rações, concluiu afirmando que, a Polícia Ci-  
vil não estava prosseguindo no processo ci-  
vil instaurado contra o seu apressor. O Consê-  
lho resolveu publicar uma nota pela imprensa,  
prestando solidariedade aos adrogados, a pedido  
por questões ligadas ao exercício da profissão.  
E decidiu, ainda, que uma Comissão, constituí-  
da pelo Presidente e pelos Conselheiros Tabosa de  
Almeida e Fernando Mendonça, tivesse um en-  
tendimento com o Secretário da Segurança Pu-  
blica, pedindo energicas providências para a apu-



ação dos fatos criminosos e mediante remessa do processo a juízo, inclusive a nomeação de um Delegado Especial para presidir o inquérito. Os conselheiros Carlos Moreira, Pelágio Silveira, Jorge Bartholomeu Correia da Cunha e Luiz Rafael Mayer votaram no sentido de incluir-se na nota oficial o pedido de designação de uma Comissão especial de inquérito, sendo vencidos nesta parte. Do que, para constar foi lavrada a presente ata, que vai assinada pela mesa, depois de lida e achada conforme.

João Calacanti Weiss  
Pelágio Silveira